

ELETROPAULO METROPOLITANA
ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

16ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES

RELATÓRIO ANUAL DO AGENTE FIDUCIÁRIO

EXERCÍCIO DE 2016

Rio de Janeiro, 28 de Abril de 2017.

Prezados Senhores Debenturistas,

Na qualidade de Agente Fiduciário da 16ª Emissão de Debêntures da ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. (“Emissão”), apresentamos a V.Sas o relatório anual sobre a referida emissão, atendendo o disposto na Instrução da CVM nº 28, 23 de Novembro de 1983 e na Escritura de Emissão.

A apreciação sobre a situação da empresa foi realizada com base nas Demonstrações Financeiras auditadas, demais informações fornecidas pela Emissora e controles internos da Pentágono.

Informamos, também, que este relatório encontra-se à disposição dos debenturistas na sede da Emissora, na sede da Pentágono, na CVM, na CETIP e na sede do Coordenador Líder da Emissão.

A versão eletrônica deste relatório foi enviada à Emissora, estando também disponível em nosso website www.pentagonotrustee.com.br.

Atenciosamente,

PENTÁGONO S.A. DTVM.

*Informamos que o relatório possui data-base de 31.12.16 e, portanto, foi elaborado nos termos da Instrução CVM nº 28/1983, revogada em 21.03.2017 pela Instrução CVM nº 583/16.

Características da Emissora

- Denominação Social: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.
- CNPJ/MF: 61.695.227/0001-93
- Diretor de Relação com Investidores: Sr. Francisco José Morandi Lopez
- Atividades: (i) a exploração de serviços públicos de energia, principalmente a elétrica, nas áreas referidas no contrato de concessão e nas outras em que, de acordo com a legislação aplicável, for autorizada a atuar; (ii) estudar, elaborar, projetar, executar, explorar ou transferir planos e programas de pesquisa e desenvolvimento que visem qualquer tipo ou forma de energia, bem como de outras atividades correlatas à tecnologia disponível, quer diretamente, quer em colaboração com órgãos estatais ou particulares; (iii) participar nos empreendimentos que tenham por finalidade a distribuição e o comércio de energia, principalmente a elétrica, bem como a prestação de serviços que, direta ou indiretamente, se relacionem com esse objeto, tais como: uso múltiplo de postes, mediante cessão onerosa a outros usuários; transmissão de dados, através de suas instalações, observada a legislação pertinente; prestação de serviços técnicos de operação, manutenção e planejamento de instalações elétricas de terceiros; prestação de serviços de otimização de processos energéticos e instalações elétricas de consumidores; cessão onerosa de faixas de servidão de linhas e áreas de terra exploráveis de usinas e reservatórios; (iv) prestar outros serviços de natureza pública ou privada, inclusive serviços de informática mediante a exploração de sua infra-estrutura, com o fim de produzir receitas alternativas complementares ou acessórias; (v) contribuir para a preservação do meio ambiente, no âmbito de suas atividades, bem como participar em programas sociais de interesse comunitário; (vi) participar, em associação com terceiros, de empreendimentos que propiciem melhor aproveitamento de seu patrimônio imobiliário; e (vii) participação em outras sociedades como sócia, acionista ou quotista.

Características da Emissão

- Emissão: 16ª
 - Séries: Única
 - Data de Emissão: 21/07/2014
 - Data de Vencimento*: 28/07/2016
- *Redação em conformidade com a AGD realizada em 27/01/2016.
- Banco Escriturador/ Mandatário: Itaú Corretora de Valores S.A.
 - Código Cetip/ISIN: ELSPA6/ BRELPLDBS0M5
 - Coordenador Líder: Banco Itaú BBA S.A.
 - Destinação dos Recursos: Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da Emissão serão destinados ao reforço do capital de giro da Emissora.
 - Tipo de Emissão: Emissão Pública de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação.

1. Eventual omissão ou inverdade nas informações divulgadas pela Companhia ou, ainda, inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Companhia: (Artigo 12, alínea a, inciso XVII da Instrução CVM 28/ 83)

A Pentágono declara que não possui conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou de qualquer inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora.

2. **Alterações Estatutárias:** (Artigo 12, alínea b, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Em AGE, realizada em 05/12/2016, foi aprovada a alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, em virtude de deliberação de conversão de ações ordinárias e preferenciais da Companhia.

3. **Comentários sobre as demonstrações financeiras da Companhia, indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da empresa:** (Artigo 12, alínea c, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- **A Empresa**

- ➔ Atividade Principal: 35.14-0-00 - Distribuição de energia elétrica;
- ➔ Situação da Empresa: ativa;
- ➔ Natureza do Controle Acionário: privado;
- ➔ Critério de Elaboração do Balanço: legislação societária.

- **Situação Financeira**

- ➔ Liquidez Geral: de 0,77 em 2015 para 0,76 em 2016;
- ➔ Liquidez Corrente: de 1,02 em 2015 para 0,96 em 2016;
- ➔ Liquidez Seca: de 1,00 em 2015 para 0,95 em 2016;
- ➔ Giro do Ativo: de 1,03 em 2015 para 0,86 em 2016.

- **Estrutura de Capitais**

A Companhia apresentou um aumento de Empréstimos e Financiamentos sobre o Patrimônio Líquido de 24,4% de 2015 para 2016. O Índice de Participação do Capital de Terceiros sobre o Capital Próprio também apresentou aumento de 9,7% de 2015 para 2016. O grau de imobilização em relação ao Patrimônio Líquido apresentou aumento de 6,6% de 2015 para 2016. A empresa apresentou no seu Passivo Não Circulante um aumento de 18,0% de 2015 para 2016 e uma variação positiva no índice de endividamento de 1,9% de 2015 para 2016.

Solicitamos a leitura completa das Demonstrações Contábeis da Companhia, Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes, para melhor análise da situação econômica e financeira da Companhia.

4. **Posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado:** (Artigo 12, alínea d, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- **VALOR UNITÁRIO NA EMISSÃO:** R\$ 10.000,0000
- **ATUALIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL:** não aplicável

- REMUNERAÇÃO*: (i) Desde a Data de Emissão (inclusive) até o Primeiro Pagamento de Remuneração (exclusive): 100% do DI + 1,60% a.a.; (ii) a partir do Primeiro Pagamento de Remuneração (inclusive) até a data do Segundo Pagamento de Remuneração (exclusive): 100% do DI + 1,35% a.a.; (iii) a partir do Segundo Pagamento de Remuneração (inclusive) até a data do Terceiro Pagamento de Remuneração (exclusive): 100% do DI + 2,40% a.a.; e (iv) a partir do Terceiro Pagamento de Remuneração (inclusive) até a data do Quarto Pagamento de Remuneração (exclusive): 100% do DI + 3,00% a.a.;

*Redação em conformidade com a AGD realizada em 27/01/2016.

- PAGAMENTOS EFETUADOS POR DEBÊNTURE (2016):

Amortização:

28/07/2016 – R\$ 10.000,00000000 (vencimento)

Juros:

30/01/2016 – R\$ 1.230,49386000

28/07/2016 – R\$ 821,36814900

Resgate Parcial Antecipado:

23/02/2016 – R\$ 10.090,252570

14/06/2016 – R\$ 10.601,400280

25/07/2016 – R\$ 10.800,55377000

- POSIÇÃO DO ATIVO:

Quantidade em circulação: 0

Quantidade em tesouraria: 0

Quantidade total emitida: 35.000

5. Resgate, amortização, conversão, repactuação, pagamento dos juros das debêntures realizadas no período, bem como aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora: (Artigo 12, alínea e, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- Resgate: conforme item 4 acima;
- Amortização: conforme item 4 acima;
- Conversão: não aplicável;
- Repactuação: não aplicável;

- Pagamento dos juros das debêntures realizados no período: conforme item 4 acima;
 - Aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora: não houve.
6. Constituição e aplicações de fundo de amortização de debêntures, quando for o caso: (Artigo 12, alínea f, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não houve a constituição de Fundo de Amortização para esta Emissão.

7. Acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora: (Artigo 12, alínea g, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

De acordo com as informações obtidas, os recursos adquiridos por meio da Emissão de Debêntures foram utilizados conforme previsto na Escritura de Emissão.

8. Relação dos bens e valores entregues à sua administração: (Artigo 12, alínea h, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não há bens e/ou valores entregues ao Agente Fiduciário para administração.

9. Cumprimento de outras obrigações assumidas pela companhia na escritura de emissão: (Artigo 12, alínea i, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

A Emissora obriga-se, sob pena de serem declaradas vencidas todas as obrigações relativas às debêntures, a observar, entre outras obrigações, os índices e limites financeiros elencados no item 7.1, alínea “o” da Escritura de Emissão.

Ressalta-se que é considerado Evento de Inadimplemento (que gera o vencimento antecipado de todas as obrigações relativas às Debêntures), a não observância, por 2 trimestres consecutivos, dos índices e limites acima referidos

De acordo com as informações obtidas, verificamos o cumprimento das obrigações assumidas na Escritura de Emissão.

10. Declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das debêntures: (Artigo 12, alínea j, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

As debêntures da presente emissão são da espécie quirografária, sem garantias.

11. Existência de outras emissões, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, em que tenha atuado como agente fiduciário no período: (Artigo 12, alínea k, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

(i) Denominação da companhia ofertante: **AES TIETÊ ENERGIA S.A.** (atual denominação social da COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA, sucessora por incorporação da AES TIETÊ S.A.)

- Emissão: 2ª.
- Valor da emissão: R\$ 498.000.000,00;
- Quantidade de debêntures emitidas: 49.800;
- Espécie: quirografária;
- Prazo de vencimento das debêntures: 15/05/2019;
- Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: não aplicável;
- Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture:

(i) Pagamentos:

Juros:

16/05/2016 – R\$ 713,533880

16/11/2016 – R\$ 729,650370

Evento Genérico:

11/01/2016 - R\$ 2,136479

(ii) Denominação da companhia ofertante: **AES TIETÊ ENERGIA S.A.** (atual denominação social da COMPANHIA BRASILIANA DE ENERGIA, sucessora por incorporação da AES TIETÊ S.A.)

- Emissão: 3ª.
- Valor da emissão: R\$ 300.000.000,00;
- Quantidade de debêntures emitidas: 30.000;
- Espécie: quirografária;
- Prazo de vencimento das debêntures: 20/03/2020;
- Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: não aplicável;
- Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture:

(i) Pagamentos:

Juros:

21/03/2016 – R\$ 729,258700

20/09/2016 – R\$ 747,287500

Evento Genérico:

11/01/2016 – R\$ 5,725358

(iii) Denominação da companhia ofertante: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

- Emissão: 9ª.
- Valor da emissão: R\$ 250.000.000,00;
- Quantidade de debêntures emitidas: 25.000;
- Espécie: quirografária;
- Prazo de vencimento das debêntures: 20/08/2018;
- Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: não aplicável;
- Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture:

(i) Pagamentos:

Amortização:

22/08/2016 – R\$ 3.000,000000

Juros:

22/02/2016 – R\$ 515,860849

22/08/2016 – R\$ 524,250629

(iv) Denominação da companhia ofertante: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

- Emissão: 15ª.
- Valor da emissão: R\$ 750.000.000,00;
- Quantidade de debêntures emitidas: 75.000;
- Espécie: quirografária;
- Prazo de vencimento das debêntures: 09/10/2018;
- Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: não aplicável;
- Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture:

(i) Pagamentos:

Amortização:

10/10/2016 – R\$ 3.333,333333

Juros:

11/04/2016 – R\$ 737,104300

10/10/2016 – R\$ 755,356120

(v) Denominação da companhia ofertante: ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

- Emissão: 17ª.
- Valor da emissão: R\$ 190.000.000,00;
- Quantidade de debêntures emitidas: (i) 1ª Série: 10.000; e (ii) 2ª Série: 9.000;
- Espécie: quirografia;
- Prazo de vencimento das debêntures: (i) 1ª Série: 15/07/2015; e (ii) 2ª Série: 15/01/2017;
- Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: não aplicável;
- Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture:

(i) Pagamentos:

→ 1ª Série: vencimento em 15/07/2015

→ 2ª Série:

Juros:

15/01/2016 – R\$ 788,828110

15/07/2016 – R\$ 777,727530

12. **Parecer:**

Não possuímos conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, que manteve seu registro atualizado junto à CVM - Comissão de Valores Imobiliários.

13. **Declaração sobre a aptidão para continuar exercendo a função de agente**

fiduciário: (Artigo 12, alínea I, inciso XVII da Instrução CVM 28/83 e artigo 68, alínea “b” da Lei nº 6.404 de 15 de Dezembro de 1976)

A Pentágono declara que se encontrou, durante a vigência das debêntures desta Emissão, plenamente apta no exercício da sua função de Agente Fiduciário.

Este relatório foi preparado com todas as informações necessárias ao preenchimento dos requisitos contidos na Instrução CVM 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, e demais disposições legais aplicáveis.

Embora tenhamos nos empenhado em prestar informações precisas e atualizadas não há nenhuma garantia de sua exatidão na data em que forem recebidas nem de que tal exatidão permanecerá no futuro. Essas informações não devem servir de base para se empreender de qualquer ação sem orientação profissional qualificada, precedida de um exame minucioso da situação em pauta.

PENTÁGONO S.A. DTVM

DOCUMENTOS ANEXOS:

Balanço Patrimonial (Anexo 1)

Demonstrações de Resultado (Anexo 2)

Parecer dos Auditores (Anexo 3)

Anexo 1

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
1	Ativo Total	13.565.197	13.274.827	11.590.259
1.01	Ativo Circulante	3.719.023	4.594.108	3.327.228
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	198.773	146.621	181.260
1.01.02	Aplicações Financeiras	868.858	384.557	727.891
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	868.858	384.557	727.891
1.01.02.01.02	Titulos Disponiveis para Venda	868.858	384.557	727.891
1.01.03	Contas a Receber	2.155.212	2.619.926	1.823.687
1.01.03.01	Clientes	2.155.212	2.619.926	1.823.687
1.01.03.01.01	Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	2.085.198	2.530.174	1.723.776
1.01.03.01.03	Contas a Receber - Acordos	90.014	89.752	99.911
1.01.04	Estoques	23.962	63.957	63.137
1.01.04.01	Almoxarifado	23.962	63.957	63.137
1.01.06	Tributos a Recuperar	103.095	119.423	129.898
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	103.095	119.423	129.898
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	34.552	25.973	19.378
1.01.06.01.02	Outros Tributos Compensáveis	68.543	93.450	110.520
1.01.07	Despesas Antecipadas	33.041	36.609	28.584
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	336.082	1.223.015	372.771
1.01.08.03	Outros	336.082	1.223.015	372.771
1.01.08.03.03	Outros Créditos	291.839	331.543	231.831
1.01.08.03.04	Ativo Financeiro Setorial, Líquido	44.243	891.472	140.940
1.02	Ativo Não Circulante	9.846.174	8.680.719	8.263.031
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.574.114	3.468.523	3.197.708
1.02.01.03	Contas a Receber	32.377	35.666	19.900
1.02.01.03.01	Clientes	25.534	26.451	0
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	6.843	9.215	19.900
1.02.01.06	Tributos Diferidos	1.552.540	438.191	499.851
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.552.540	438.191	499.851
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	2.989.197	2.994.668	2.677.957

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
1.02.01.09.04	Cauções e Depósitos Vinculados	491.806	443.126	445.283
1.02.01.09.06	Outros Tributos Compensáveis	44.003	33.916	40.780
1.02.01.09.08	Ativo Financeiro da Concessão	2.386.192	2.004.798	1.980.753
1.02.01.09.09	Outros Créditos	67.196	63.398	81.575
1.02.01.09.10	Ativo Financeiro Setorial, Líquido	0	449.428	129.566
1.02.02	Investimentos	13.082	13.130	8.769
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	13.082	13.130	8.769
1.02.03	Imobilizado	69.645	40.688	11.100
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	69.645	40.688	11.100
1.02.04	Intangível	5.189.333	5.158.378	5.045.454
1.02.04.01	Intangíveis	5.189.333	5.158.378	5.045.454
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	5.189.333	5.158.378	5.045.454

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo
(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
2	Passivo Total	13.585.197	13.274.827	11.590.259
2.01	Passivo Circulante	3.888.707	4.520.867	3.319.501
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	115.734	103.623	90.190
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	115.734	103.623	90.190
2.01.02	Fornecedores	1.468.254	1.926.785	1.561.434
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.468.254	1.926.785	1.561.434
2.01.03	Obrigações Fiscais	527.478	530.850	570.867
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	190.322	121.859	88.204
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	2.627	2.531	19.118
2.01.03.01.02	Outros Tributos a Pagar	187.695	119.328	69.086
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	335.825	407.853	481.562
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.331	1.138	901
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	881.879	727.910	591.355
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	278.215	38.286	68.387
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	278.215	38.286	68.387
2.01.04.02	Debêntures	575.065	678.273	520.010
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	28.599	11.351	2.958
2.01.05	Outras Obrigações	731.760	1.064.770	337.747
2.01.05.02	Outros	731.760	1.064.770	337.747
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	23.083	42.730	3.858
2.01.05.02.04	Subvenções Governamentais	3.971	2.427	2.478
2.01.05.02.06	Encargos Setoriais	454.481	749.342	101.857
2.01.05.02.08	Outras Obrigações	250.225	270.271	229.554
2.01.06	Provisões	163.602	166.929	168.108
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	156.840	156.943	156.840
2.01.06.01.05	Provisões para Processos Judiciais e Outros	156.840	156.943	156.840
2.01.06.02	Outras Provisões	6.762	9.986	11.268
2.01.06.02.04	Provisões para Passivos Ambientais	6.762	9.986	11.268
2.02	Passivo Não Circulante	6.981.678	5.914.815	5.702.950

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.389.516	2.874.632	2.480.537
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	510.611	474.952	457.364
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	510.611	474.952	457.364
2.02.01.02	Debêntures	1.830.782	2.367.850	2.014.161
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	48.123	31.830	9.012
2.02.02	Outras Obrigações	4.232.582	2.720.743	2.922.906
2.02.02.02	Outros	4.232.582	2.720.743	2.922.906
2.02.02.02.05	Subvenções Governamentais	11.950	8.108	10.535
2.02.02.02.07	Obrigações com Entidade de Previdência Privada	3.777.347	2.604.967	2.818.793
2.02.02.02.09	Encargos Setoriais	56.508	32.295	15.731
2.02.02.02.10	Obrigações Sociais e Trabalhistas	743	969	720
2.02.02.02.11	Reserva de Reversão	66.085	66.085	66.085
2.02.02.02.12	Outras Obrigações	7.047	8.319	11.042
2.02.02.02.13	Passivo Financeiro Setorial, Líquido	312.902	0	0
2.02.04	Provisões	359.580	319.440	299.507
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	356.178	318.000	298.067
2.02.04.01.05	Provisão para Processos Judiciais e Outros	356.178	318.000	298.067
2.02.04.02	Outras Provisões	3.402	1.440	1.440
2.02.04.02.04	Provisões para Passivos Ambientais	3.402	1.440	1.440
2.03	Patrimônio Líquido	2.694.812	2.839.145	2.567.808
2.03.01	Capital Social Realizado	1.257.629	1.257.629	1.257.629
2.03.02	Reservas de Capital	692.452	20.428	19.203
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	670.897	0	0
2.03.02.04	Opções Outorgadas	21.555	20.428	19.203
2.03.04	Reservas de Lucros	1.323.487	1.251.308	1.116.361
2.03.04.01	Reserva Legal	248.984	244.265	235.573
2.03.04.02	Reserva Estatutária	1.008.646	1.007.043	880.788
2.03.04.10	Aumento de Capital Proposto	65.857	0	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	1.050.136	1.123.597	1.196.302

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-1.628.892	-813.817	-1.021.687

Anexo 2

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	11.659.899	13.667.413	10.596.616
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-11.416.028	-13.194.535	-10.554.094
3.02.01	Energia Elétrica Comprada para Revenda	-8.432.673	-8.524.148	-7.212.156
3.02.02	Energia Elétrica Comprada para Revenda - PROINFA	-305.213	-236.801	-271.673
3.02.03	Encargos do Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição	-943.159	-1.123.511	-396.083
3.02.07	Pessoal e Administradores	-783.512	-693.188	-678.759
3.02.08	Entidade de Previdência Privada	-355.665	-315.254	-286.038
3.02.09	Serviços de Terceiros	-567.075	-524.290	-445.870
3.02.10	Material	-77.130	-42.038	-42.886
3.02.11	Custo de Construção	-802.512	-610.731	-582.995
3.02.12	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, Líquida	-309.011	-197.019	-80.580
3.02.13	Provisão para Processos Judiciais e Outros, Líquida	-24.839	-62.222	-28.967
3.02.16	Depreciação e Amortização	-490.417	-490.676	-470.528
3.02.17	Outras Despesas Operacionais	-324.822	-344.657	-57.559
3.03	Resultado Bruto	243.871	472.878	42.522
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	243.871	472.878	42.522
3.06	Resultado Financeiro	-228.460	-313.905	-238.897
3.06.01	Receitas Financeiras	434.908	469.543	273.411
3.06.02	Despesas Financeiras	-663.368	-783.448	-512.308
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-696.687	-663.047	-486.637
3.06.02.02	Variações Cambiais, Líquidas	35.319	-120.401	-25.671
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	15.411	158.973	-196.375
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	5.512	-57.837	64.628
3.08.01	Corrente	-18.053	-103.262	-85.708
3.08.02	Diferido	23.565	45.425	150.336
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	20.923	101.136	-131.747
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	20.923	101.136	-131.747
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
3.99.01.01	ON	0,11722	0,56659	-0,73808
3.99.01.02	PN	0,12894	0,62325	-0,81189
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,11722	0,56659	-0,73808
3.99.02.02	PN	0,12894	0,62325	-0,81189

Anexo 3

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S/A

Barueri - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S/A (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S/A em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos

Reorganização societária do Grupo AES Brasil

Em 13 de dezembro de 2016, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) aprovou a reorganização societária proposta pelas controladoras da Companhia, Brasilliana Participações S/A e AES Elpa S/A. Essa reorganização se deu por meio da cisão parcial da AES Elpa S/A e da Brasilliana Participações S/A, com a subsequente incorporação do acervo cindido pela Companhia. Este assunto está divulgado na nota explicativa número 1 às demonstrações contábeis. A reorganização gerou um benefício fiscal, incorporado pela Companhia, no montante de R\$ 693.897 mil.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevante alteração na estrutura societária e efeitos sobre o balanço patrimonial da Companhia, com a incorporação dos acervos líquidos cindidos de suas então controladoras. Adicionalmente, a inclusão do benefício fiscal acima referido requereu um julgamento relevante por parte da Administração quanto à estimativa da realização de tais créditos, pois a utilização de diferentes premissas nas projeções de lucro tributável, incluindo diversas premissas de natureza subjetiva estabelecidas pela Administração (tarifas, por exemplo), poderia modificar significativamente os prazos previstos para realização dos créditos tributários e impactar a análise quanto à sua recuperação.

Quanto à reorganização societária, dentre outros procedimentos de auditoria, entendemos e avaliamos o desenho e a operação da estrutura societária, mediante discussões com a Administração e análise dos atos societários da reorganização. Envolvermos nossos especialistas em temas tributários para nos auxiliar no entendimento e tratamento fiscal dado à operação, e avaliamos as divulgações relacionadas ao assunto.

Quanto ao imposto de renda diferido, dentre outros procedimentos de auditoria, entendemos e avaliamos o desenho e a operação dos principais controles estabelecidos pela Administração para apuração e registro dos créditos tributários, bem como o modelo utilizado para as projeções de resultados. Envolvermos nossos especialistas em avaliação de empresas, para nos auxiliar nos testes dos cálculos dos créditos e em relação aos modelos e premissas críticas utilizados pela Companhia. Comparamos essas premissas com informações macroeconômicas divulgadas no mercado, bem como comparamos informações dessas projeções com orçamentos aprovados pela Administração. Adicionalmente, analisamos os prazos de realização considerados nos estudos e os dados históricos da própria Companhia para corroborar a adequação e a consistência dessas estimativas de realização em relação aos utilizados nos exercícios anteriores. Finalmente, avaliamos as divulgações relacionadas com o reconhecimento desses créditos tributários.

Discussões judiciais sobre temas trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios

A Companhia é parte em diversos processos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios cujo valor agregado totalizam R\$ 4.644.415 mil, e que foram classificados como perda possível (dos quais R\$ 1.445.919 mil se refere a ações de natureza tributária) e, portanto, nenhuma provisão foi constituída em 31 de dezembro de 2016. Deste montante, destacamos a causa referente ao contrato de financiamento ECF 1.046/1986 com a Centrais Elétricas Brasileiras S/A, que está estimado em R\$ 1.957.346 mil. Este assunto está divulgado na nota explicativa número 20.2 das demonstrações contábeis.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, devido à relevância dos valores envolvidos nos processos em andamento, às modificações no andamento de vários processos durante o exercício de 2016, ao julgamento envolvido na determinação de reconhecimento ou não de um passivo contingente pela Administração e pelos consultores jurídicos externos responsáveis pelo acompanhamento das causas, e pela complexidade dos assuntos e do ambiente jurídico no Brasil.

Nossos procedimentos de auditoria envolveram, dentre outros, obtenção de cartas de confirmação junto aos consultores jurídicos externos da Companhia, bem como a realização de reuniões periódicas com a Administração para discutir a evolução dos principais processos judiciais em aberto, a fim de comparar suas avaliações em relação às causas em aberto com as posições informadas pelos consultores jurídicos externos. Também, envolvemos nossos especialistas em tributos para analisar a razoabilidade das expectativas de perdas das causas mais significativas de natureza tributária.

Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre este assunto e especificamente sobre as contingências mais significativas.

Planos de benefícios pós emprego

A Companhia mantém planos de benefícios pós emprego para seus empregados que apresentam saldo passivo líquido de R\$ 3.777.347 mil em 31 de dezembro de 2016, o que é significativo no contexto de suas demonstrações contábeis. Este assunto está divulgado na nota explicativa número 18 das demonstrações contábeis.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo em nossa auditoria considerando a magnitude dos montantes envolvidos, além do alto grau de julgamento associado ao processo de mensuração da obrigação atuarial da Companhia, que inclui a utilização de premissas altamente subjetivas e complexas tais como taxas de juros de longo prazo, taxas de rendimento dos ativos dos planos, índice de aumento salarial, rotatividade, mortalidade, taxas de desconto e inflação. Variações nestas premissas podem ter um impacto relevante sobre os montantes reconhecidos nas demonstrações contábeis.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de especialistas da área atuarial para nos auxiliar na avaliação das premissas utilizadas no cálculo dos passivos atuariais dos planos de benefícios pós emprego, comparando as mesmas com dados de mercado comparáveis e parâmetros de referência desenvolvidos internamente a partir de cálculos independentes efetuados como parte de nossos procedimentos. Adicionalmente, nossos especialistas nos auxiliaram na avaliação da adequação das divulgações realizadas pela Companhia em relação ao assunto. Relativamente aos ativos do Plano, nossos procedimentos de auditoria incluíram testes de confirmação de existência e avaliação em conjunto com especialistas sobre a avaliação efetuada desses ativos.

Monitoramento dos índices de covenants

A Companhia mantém contratos de dívida com cláusulas restritivas ("covenants") com diversas instituições financeiras. Caso a Companhia não consiga cumprir com as cláusulas restritivas de seus contratos, tais operações poderão ser declaradas vencidas antecipadamente, o que poderia motivar uma reclassificação desses passivos não circulantes para circulantes. O monitoramento da situação financeira da Companhia é também parte integrante do processo de avaliação de continuidade das operações realizada pela Administração da Companhia. Os contratos preveem covenants financeiros e qualitativos. Este assunto está divulgado na nota explicativa número 17.7 das demonstrações contábeis.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista que apesar de não haver qualquer descumprimento das cláusulas contratuais em 31 de dezembro de 2016, a conjuntura financeira dos últimos anos tem impactado os níveis de rentabilidade da Companhia e, conseqüentemente, aproximando os índices efetivamente auferidos daqueles estabelecidos nos contratos, o que requereu nossa maior atenção quanto ao cálculo dos índices e na necessidade de confirmar o cumprimento das cláusulas contratuais e seus impactos na avaliação de continuidade operacional da Companhia.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram discussões com a Administração acerca da metodologia de cálculo dos covenants financeiros e avaliação da sua aderência aos requerimentos dos respectivos contratos de dívida, análise dos cálculos elaborados pela Administração e avaliação do cumprimento dos covenants qualitativos. Nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das projeções preparadas pela Administração dos itens considerados nos cálculos de covenants financeiros e avaliação da divulgação deste tema nas demonstrações contábeis.

Infraestrutura da concessão

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui registrado ativo financeiro e intangível da concessão nos montantes de R\$ 2.386.192 mil e R\$ 5.189.333 mil, respectivamente, que, em conjunto, representam a infraestrutura da concessão. Este assunto está divulgado nas notas explicativas números 12 e 13 das demonstrações contábeis.

O custo da infraestrutura é uma parte essencial da fórmula para definição da tarifa a ser cobrada pela Companhia, nos termos do Contrato de Concessão. As regras para definição de quais gastos elegíveis a serem classificados como custo na infraestrutura, estabelecidas pelo Regulador, são passíveis de julgamento e não necessariamente estão alinhadas com práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas especificidades podem levar à classificação como infraestrutura de gastos que não poderiam ser classificados como tal ativos de infraestrutura a serem capitalizados. Durante o ano de 2016, a Companhia capitalizou gastos em infraestrutura no montante de R\$ 781.046 mil, líquido das obrigações especiais.

Adicionalmente, a avaliação do ativo financeiro, no montante de R\$ 2.386.192 mil em 31 de dezembro de 2016, leva em consideração revisões tarifárias periódicas realizadas pelo Regulador que ocorrem apenas a cada 4 anos, assim como premissas definidas pela Administração para os anos que não ocorre tal revisão.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista as especificidades atreladas ao processo de ativação de gastos com infraestrutura e à realização do ativo financeiro, assim como a relevância dos valores envolvidos.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação do desenho e a eficácia dos controles internos sobre a contabilização dos gastos com infraestrutura, incluindo o rateio dos custos indiretos, as políticas estabelecidas pela Companhia para a tal contabilização, o volume de custos com pessoal e componentes menores, quando comparado com os dados históricos e os padrões da indústria. Para uma amostra de gastos incorridos pela Companhia no exercício, obtivemos documentação suporte e avaliamos a adequação dos montantes reconhecidos como parte da infraestrutura, além da adequação do seu reconhecimento, tendo em vista as regras estabelecidas pelo Regulador.

Realizamos também recálculo da determinação e atualização do ativo financeiro realizado pela Companhia, discutimos as premissas utilizadas pela Administração, confrontando com informações externas do mercado e estabelecidas pelo Regulador, assim como observamos as variações ocorridas nas últimas revisões tarifárias anuais e periódicas.

Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre este assunto.

Ativos e passivos financeiros setoriais

A Companhia possui ativos e (passivos) setoriais no montante líquido de (R\$ 268.659) mil em 31 de dezembro de 2016, decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados que são incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa, os quais serão efetivamente liquidados por ocasião do próximo período tarifário. Os saldos a serem recebidos ou devolvidos via tarifa quando da revisão tarifária anual são determinados com base em um volume significativo de critérios definidos pelo Regulador, com alto grau de complexidade e que podem sofrer alterações. Nesse montante, destacamos o ativo relacionado à sobrecontratação reconhecida no montante de R\$ 92.504 mil, decorrente da exposição involuntária referente ao leilão A-1 e migração de consumidores especiais para o mercado livre que a Companhia foi submetida, e deverá ser integralmente repassada aos seus consumidores via tarifa. Este assunto está divulgado nas notas explicativas números 14 e 33 das demonstrações contábeis.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a complexidade de controle e, em alguns casos, na determinação do valor desses ativos e passivos, assim como quanto às incertezas inerentes à realização integral dos mesmos.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a análise dos cálculos da determinação e atualização dos ativos e passivos setoriais contabilizados pela Companhia, a discussão sobre as premissas utilizadas pela Administração para seu reconhecimento e mensuração, o confronto com informações externas do mercado e estabelecidas pelo Regulador, assim como a análise das variações ocorridas nas últimas revisões tarifárias anuais.

Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre este assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2017

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Marcos Antonio Quintanilha

Contador CRC – 1SP132776/O-3